

Fim da verticalização evidencia falta de coerência partidária no Brasil

Vania Alves



Nas primeiras eleições recentes sem a obrigatoriedade da verticalização das coligações partidárias, os partidos políticos brasileiros diversificaram ao extremo as alianças, nos diversos níveis. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que a única limitação é a de que as coligações para governador sejam as mesmas das candidaturas ao Senado. O resultado foi que, nos 27 entes federados, as coligações se desmembraram tanto na relação Presidência/governo quanto na de governo/deputados.

Dos 29 partidos que concorreram no último pleito, 27 se mantiveram neste ano. Saíram o Partido dos Aposentados da Nação (PAN) e o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona).

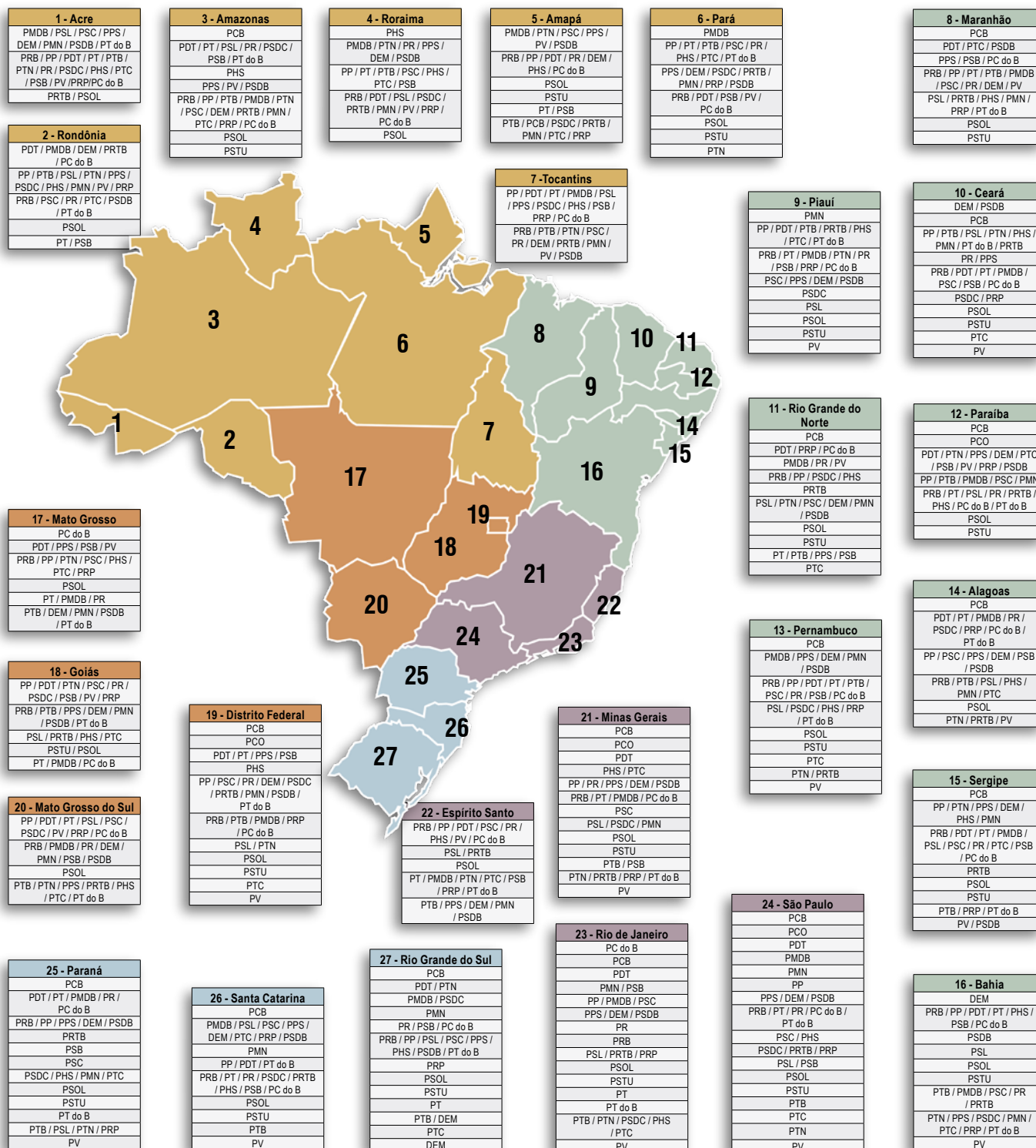
As duas coligações mais fortes, PSDB/DEM e PT/PMDB, com os maiores partidos do País, lideraram as pesquisas para a Presidência da República, mas não se repetem em dobradinhas idênticas nos estados. Das 27 unidades federadas, em dez - Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Rondônia e Roraima - PT e PMDB não estão juntos. A dupla DEM/PSDB parece ter vínculos mais fortes nacionalmente. Os partidos estão separados no Amapá, Amazonas, Maranhão, Rondônia e Rio Grande do Sul.

Proporcionais - Mas os partidos se separam mesmo é na disputa para as eleições proporcionais, por causa de seu funcionamento: ao escolher um candidato a deputado - ou votar em uma legenda -, o eleitor dará o seu voto para toda a coligação partidária à qual esse candidato pertence.

Por isso, partidos que são especialmente fortes em determinados estados - como o PT no Rio Grande do Sul ou em São Paulo, o PV no Rio de Janeiro, o PMDB em São Paulo - optaram por deixar as coligações apenas para cargos majoritários e reservaram forças para as eleições para deputados disputando sozinhos.

Pequenos partidos de esquerda, como Psol, PSTU e PCO, também adotaram essa estratégia em praticamente todo o País. Além de garantir espaço para dar visibilidade às suas propostas, buscam concentrar votos.

Para o eleitor, entender a coligação é importante porque ele deve saber que pode eleger alguém com perfil político bem diferente do que pretende se a coligação juntar partidos de perfis ideológicos distintos. Isso não ocorre nas eleições para presidente, governador, prefeito e senador, nas quais o critério é o majoritário: ganha quem tem mais votos.



Regra não vale para governo e Senado

Em 2002, em resposta a uma consulta de quatro deputados, o TSE entendeu que o artigo 6º da Lei 9.504/97, que trata das coligações partidárias, impedia que os partidos fizessem alianças locais diversas daquela que tinham feito para a disputa para a Presidência. A decisão, conhecida como verticalização das coligações, valeu para as eleições de 2002 e 2006. Para 2010, porém, os partidos só continuam coligados obrigatoriamente para governador e senador.

Ainda em 2002, no Senado, houve uma tentativa de reverter essa situação

por meio da aprovação de uma proposta de emenda à Constituição que dava autonomia aos partidos para estabelecer coligações regionais independentes. A proposta foi aprovada em 2006, resultando na Emenda Constitucional 52.

Neste ano, o TSE afirmou que o artigo 6º da Lei 9.504/97 não foi revogado pela Emenda 52. Assim, ficou estabelecido que os partidos podem estabelecer livremente coligações para os cargos proporcionais; porém, devem manter a mesma aliança para as eleições de governador e de senador.

Em junho, a maioria dos ministros do TSE havia defendido que os candidatos a presidente não poderiam aparecer em programas locais se as chapas estaduais incluíssem partidos políticos que, no plano nacional, estivessem em outra coligação. Mas essa posição foi derrubada em 12 de agosto. De acordo com a nova decisão, os candidatos de partidos políticos coligados nacionalmente para a Presidência da República poderão participar da propaganda eleitoral gratuita de seus coligados regionalmente mesmo que, nesse âmbito, sejam adversários. (VA)